



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 19, v. 1
jan-jun.2023
p. 83-98

Entre trabalhadoras: alianças por conjuras em defesa da vida

(Among women workers: alliances for conjures in defense of life)

(Entre trabajadoras: alianzas para conjuras en defensa de la vida)

Rosa Gouvêa de Sousa¹
Celso Sánchez Pereira²
Cássia Beatriz Batista e Silva³
Isabela Saraiva de Queiroz⁴

RESUMO: esta produção trata sobre alianças entre trabalhadoras do Sistema Único de Saúde (SUS), do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e da Educação, de uma região periférica de Minas Gerais. Sua escrita foi feita a partir de memórias de uma integrante e coautora nesta produção. Situamos a narrativa, no ano de 2023, durante o abrandamento da pandemia por covid-19, para interpretar práticas e saberes de enfrentamento ao pensar e ao fazer impostos pela ação pública, participe de um Estado de exceção fortalecido pelo descaso e pelo autoritarismo e que agravou as condições de existência e de permanência no território centro-sul mineiro. Para tanto, nos inspiramos em Glória Anzaldúa e em Yuderlys Espinosa-Miñoso para abordar as alianças, e em Patricio Guerrero Arias para interpretarmos estas alianças como conjuras emergentes aos SUS, Suas e Educação. A partir de práticas e saberes, feitos em coletivo, a primeira autora retoma caminhos possíveis para alianças a partir da colaboração por entre fronteiras e por denúncias à construção moderno-colonial de gênero no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: saúde; gênero; decolonialidade; trabalho.

Abstract: this production deals with alliances between workers from the Unified Health System (SUS), the Unified System of Social Assistance (Suas) and Education, from a peripheral region of Minas Gerais. It was written from the memories of a member and co-author of this production. We situated the narrative, in the year 2023, during the softening of the Pandemic by Covid-19, to interpret practices and knowledge of confrontation to thinking and doing imposed by the public action, participant of an exception State strengthened by the disregard and by the authoritarianism and that aggravated the conditions of existence and permanence in the central southern territory of Minas Gerais. To do so, we are inspired by Gloria Anzaldúa and Yuderlys Espinosa-Miñoso, to approach the alliances and, in Patricio Guerrero Arias, to interpret these alliances as emerging conjurations to SUS, Suas and Education. From practices and knowledge, made collectively, the first author resumes possible paths from collaboration across borders and through denunciations of the modern colonial construction of gender in Brazil.

Keywords: health; gender; decoloniality; work.

Resumen: esta producción trata de las alianzas entre trabajadores del Sistema Único de Salud (SUS), del Sistema Único de Asistencia Social (Suas) y de la Educación, de una región periférica de Minas Gerais. Fue escrita a partir de los recuerdos de una miembro y coautora de esta producción. Situamos la narrativa, en el año 2023, durante la desaceleración de la Pandemia por Covid-19, para interpretar prácticas y saberes de confrontación al pensar y al hacer impuestos por la acción pública, participe de un Estado de excepción fortalecido por el desprecio y por el autoritarismo y que agravó las condiciones de existencia y permanencia en el territorio centro sur de Minas Gerais. Para ello, nos

1 Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia/ Universidade Federal de São João del-Rei - rosags@ufsj.edu.br

2 Doutor em Educação, professor pelo Departamento de Didática/ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - celsosanchezp@gmail.com

3 Doutora em Psicologia, professora pelo Departamento de Psicologia/ Universidade Federal de São João del-Rei - cassiabeatrizb@ufsj.edu.br

4 Doutora em Psicologia, professora pelo Departamento de Psicologia/ Universidade Federal de São João del-Rei - isabelasq@ufsj.edu.br

 Artigo licenciado sob forma de uma licença Creative Commons [Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). (CC BY-NC 4.0)

Recebido em 25/01/2023
Aceito em 03/04/2023

inspiramos en Gloria Anzaldúa y Yuderkys Espinosa-Miñoso, para abordar las alianzas y, en Patricio Guerrero Arias, para interpretar estas alianzas como conjuraciones emergentes al SUS, al Suas y a la Educación. A partir de prácticas y saberes, hechos colectivamente, la primera autora retoma caminos posibles a partir de la colaboración transfronteriza y a través de denuncias de la construcción colonial moderna del género en Brasil.

Palabras clave: salud; género; decolonialidad; trabajo.

1 Percursos da escrita

Este é um texto sobre reaproximações entre trabalhadoras a partir de uma experiência de educação pelo trabalho, constituída por um coletivo de mulheres situadas na periferia mineira. As narrativas aqui relatadas são parte das lembranças que a primeira autora deste estudo evocou após as despedidas feitas durante o abrandamento da pandemia. Estive por mais de cinco anos com trabalhadoras, enquanto integrantes de um coletivo, companheiras de nossa militância em defesa da vida. Resguardo as lembranças que se seguem como uma procura por registros que falem de uma práxis política detentora de intenções transformativas da condição humana, como foi para mim esta experiência de educação pelo trabalho.

Acompanhei ao lado delas as disputas que o cotidiano conformava em nossos trabalhos e vidas, inclusive durante a pandemia. Parto pelos deslocamentos que constituí neste período, junto com elas, e que apresento como entre fronteiras que ficcionavam sentidos e limites para o que fazíamos e que as expunham à risca de insistentes amnésias promovidas pela ação pública, porém contradito como ação e voz no dia a dia por elas. À época, eu atuava como coordenadora de um programa que foi a retaguarda política para que os encontros do coletivo acontecessem e foi esta responsabilidade que me permitiu o acesso ao que relato abaixo.

Estou como trabalhadora da educação, professora universitária e fui, em meu território de origem e nesta região centro-sul mineira, trabalhadora da saúde. Sou formada como médica de família e comunidade e cheguei por aqui possibilitada pela interiorização de cursos de Medicina após a expansão da Rede Federal de Educação Superior - Reuni (BRASIL, 2010), sob o governo federal do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo Programa Mais Médicos (BRASIL, 2013), da então gestão federal da presidenta Dilma Rousseff.

Nas alianças que disponho aqui, identifiquei o aparato político-cultural de controle sob os corpos femininos, mas também pessoas, comunidades e territórios que pleiteiam uma outra “ser mulher”, com saberes, práticas e histórias constituídas por outras relações para além do binarismo, do patriarcado e do racismo. Entendo que os Sistemas Únicos de Saúde (SUS) e de Assistência Social (Suas) são provocadores de outridade e que isso fomenta alianças. Seguirei por estes deslocamentos para apresentar uma narrativa sobre reaproximações entre trabalhadoras à procura de coconstituições, como apontado por Grada Kilomba (2019).



2 Um pouco sobre o AbraSUS AbraSuas, um pouco sobre a pandemia

Era 2020 e estávamos prontas para iniciar mais um ano do programa AbraSUS AbraSuas. Nosso grupo, composto em sua maioria por trabalhadoras da saúde, da educação e da assistência social, preparava-se para os encontros por “gestos e afetos”, aposto que nos acompanhava. Tínhamos iniciado os encontros no ano de 2017 e, desde então, o coletivo crescia, organizado em processos grupais, distribuídos por nove municípios da região mineira das Vertentes. Em 2019, chegamos a uma participação de mais de trezentas trabalhadoras, em sua maioria que atuavam nas unidades de Estratégia de Saúde da Família (ESF) e nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras). Também participavam integrantes da atenção especializada dos dois sistemas e de ambas as gestões, porém em menor proporção. A educação entrou representada inicialmente pela universidade e expandiu sua participação com integrantes das redes públicas municipais.

Éramos um grupo diverso em objetivos e em concepções, que se aproximava por trabalhar nos Sistemas Único de Saúde (SUS) e de Assistência Social (Suas) e na educação da região centro-sul mineira. Entrávamos no programa como assistentes sociais, agentes comunitárias de saúde, enfermeiras, auxiliares de serviços gerais, gestoras, agentes de endemias, gerentes, técnicas de saúde bucal, técnicas administrativas, fisioterapeutas, professoras, técnicas de enfermagem, médicas, psicólogas, odontólogas, estudantes, educadoras físicas e motoristas. Os encontros eram feitos em momentos de pequenos grupos, de 8 a 12 participantes, nos municípios de origem do nosso trabalho e também em grandes grupos, reunidos nestas cidades, a encontros entre muitos municípios, todas juntas, no campus da universidade.

Os encontros aconteciam ora quinzenalmente, ora mensalmente, dentro do horário de trabalho, assegurados pelo pacto que um campus pertencente à Universidade Federal de São João del-Rei e nove prefeituras haviam estabelecido. O programa havia se formado, em 2017, como um acordo entre territórios da periferia centro-sul mineira, provocado pela proposta pedagógica de se fazer educação pelo trabalho nos Sistemas Único de Saúde e de Assistência Social em parceria com a universidade federal da região. Esta parceria tinha por intenção abraçar a formação, o provimento e a fixação de trabalhadores e a ampliação de serviços em regiões distantes das capitais brasileiras, tendo a integração como possível caminho para a permanência e o cuidado das pessoas na região.

A educação pelo trabalho é uma concepção partícipe do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (Suas), aprofundada por políticas nacionais sobre educação permanente (BRASIL, 2004, 2013). Educação permanente, por sua vez, se apresenta como um conjunto de fundamentos pedagógicos sobre a formação das pessoas envolvidas no SUS e no Suas. À maneira que debatíamos sobre nossas ideias e vivências, durante os encontros, ligávamos nossos



cotidianos por questões como cuidado, controle, corpo, redes, conhecimentos, entre tantos outros. Cada grupo movimentava recordações e ideias por meio de atividades orientadas por gestos, afetos, aromas e sabores que trazíamos de nossos municípios e, assim, de um projeto para um programa, de um programa para um coletivo, fomos nos constituindo e constituindo trajetórias de militância pela vida a partir de aproximações entre educação, saúde e assistência social.

Em um dado momento, passamos a nos chamar pelo nome de cada pequeno grupo que constituía este coletivo, nomeado AbraSUS AbraSUAS. Fomos Tsunami, Crescer e Evoluir, Resiliência, hUMAniSUS, Esperança SUS, Superação, Abrasus Formiguinha, Vozes ABRASUS, Crescendo AbraSUS, SuperELO, Comissão da transformação, Aprender para Compreender, RenovaSUAS, Avante! ABRASUS, Democracia Direito e Cidadania, Força SUS, Saúde e SUAS vivências, ParticipaSUS, Juntos e Misturados e muitos mais grupos. Todos liderados e constituídos por pessoas que trabalhavam nestes territórios.

Os nomes dos grupos foram escolhidos por suas integrantes e remetem à compreensão sobre a proposta ético-política de sermos “gestos e afetos”. A saudade das pessoas, a curiosidade, a escuta pelo acolhimento, as trocas, o café, a dança, o toque, o saber... os indícios do desejo de estarmos juntas e juntos nos encontros, em proteção, possibilitaram uma temporalidade ao que vivíamos que nos fez um coletivo, porém, em 2020, abruptamente, fomos lançadas para um afastamento marcado por medos e desconhecimentos. Experimentamos um estado de confusão quando a pandemia foi anunciada negligentemente pelo governo brasileiro, levando à interrupção de atividades, com posterior isolamento social. Não foi de imediato, mas nosso coletivo se percebeu em pouco tempo diante de um deslocamento brutal.

Do toque para o afastamento; do presencial para o virtual; do conhecimento para a desacreditação, para a luta pelo reconhecimento, pela testagem, pelo oxigênio, pela vacina, por equipamentos de proteção individual (EPIs) para todas e por enterros dignos. O ex-governo federal seguiu por escolhas que desprezaram a ciência que produzimos, atento a um pacto autoritário e etnocida de governança, promovendo trajetórias de controle e de mortes. Das perdas e incertezas, combinamos em manter os encontros, mesmo que de modo virtual, como um ato político de afirmação e como aconchego e acolhimento.

Após três anos, já em 2023, quando situo esta escrita, se somam mais de 34 milhões de pessoas que viveram o adoecimento pela covid-19, no Brasil, com mais de 694 mil mortes, sendo destas, 65 mil em Minas Gerais. (BRASIL, 2023) No entanto, durante a pandemia, os números seguiram abafados, com perdas e dificuldades de acesso às bases da saúde (FIOCRUZ, 2022). A Agência Pública (MUNIZ; FONSECA; PINA, 2020), ao analisar os boletins epidemiológicos do



Ministério da Saúde, constatou que a população preta/ parda adoeceu e faleceu cinco vezes mais do que a população branca, sendo tanto a mais com a população indígena, em especial com as trabalhadoras do SUS e do Suas.

A Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp/Fiocruz) divulgou, em 2022, uma pesquisa sobre a invisibilidade imposta para mais de dois milhões de trabalhadores da saúde, como maqueiros, equipes da limpeza, motoristas, técnicos administrativos, entre outros, e o perfil de sobrecarga e adoecimento destes, não reconhecidos pelos gestores da saúde durante a pandemia. De acordo com o levantamento feito pela Internacional de Serviços Públicos (2022), mais de 4,5 mil trabalhadores da saúde faleceram por covid-19 entre março de 2020 e dezembro de 2021. Destes, 70% eram auxiliares/técnicos de enfermagem e 24%, enfermeiros. (FIOCRUZ, 2022). As trabalhadoras que atuaram de forma mais próxima e prolongada foram as que mais adoeceram e morreram, sendo que de cada dez profissionais da saúde que faleceram, oito eram mulheres. (ISP, 2022)

Do total de mortes da área da saúde, 47% eram mulheres e negras, o que, de acordo com a Fiocruz (2022), expõe as desigualdades que as diferenças coloniais como gênero, raça e classe impõem no Brasil, em destaque na saúde. A instituição (2022) aponta que as precárias condições de trabalho, a negligência com as trabalhadoras e o negacionismo com áreas como as ciências da saúde dificultaram a compra e distribuição de equipamentos de proteção individual, a compra, distribuição e aplicação de imunizantes e atrasaram a construção de protocolos técnico-assistenciais e a disponibilização de cursos e debates sobre a situação.

Escutei, por diversas vezes, histórias de enfrentamento a práticas de saúde sobre matar e morrer, histórias que orbitavam o controle das trabalhadoras, que impunham apagamentos e hierarquizações. Lembro-me de diálogos sobre perdas e trincheiras, sobre silenciamentos e silêncios partilhados pelo coletivo. Lembro de uma fala de temor que circulou como um fio tecido pelas vivências das trabalhadoras durante a pandemia. Como nossas colegas, usuárias ou gestoras irão reagir se eu tiver que me afastar? Havia uma ideia em elaboração sobre o retorno. Falas sobre um retorno marcado por estigmas pós-covid, após longo afastamento, por ter perdido alguém, o próprio não retorno... Como eu retornarei? Serei uma desconhecida?

Início pela pandemia, pois, de muitas formas, ela conecta este registro com a história de mulheres, articulando nossas disposições vivenciais para esta escrita. Fernanda Sousa (2017, p. 248) nomeia por disposição vivencial a trajetória investigativa que “surge da vivência e do atuar na pesquisa junto com”, tendo por postura o *corazonamiento* proposto por Patricio Guerrero Arias. Investigar, interpretar, reaproximar possibilitam, por Guerrero Arias (2012), uma necessária crítica ao pensamento moderno-colonial que institui a razão arrogante como único atributo



humano, desacreditando o que se interpreta como do afeto, do espiritual e do coração. Para o autor (2012), há que se responder de forma insurgente a este despojamento que a diferença colonial eurocêntrica impõe como norma de humanidade. Há que *corazonar* para se comprometer com a vida (GUERRERO ARIAS, 2012) e no caso do SUS e do Suas, não seria esta uma diretriz?

Narrar, por lembranças sobre nosso coletivo e por uma escrita, foi profundamente mobilizador para um outro pensar. Um pensar que não desejava desagregar ou se arrogar suficiente, mas desfocar da ideia de centro, de ideal, de universal para se aproximar das sujeitas e da força em movimento neste território. Neste sentido, me posiciono como uma mulher, médica e branca, visibilizando a experiência de privilégios que raça e classe promovem no sistema moderno colonial de gênero e, por conseguinte, os limites desta narrativa de minha parte por uma tomada de consciência tardia da branquitude.

3 Trajetória para um *corazonar*

No cotidiano dos grupos, o uso de narrativas era amiúde e mobilizador de afetos e gestos, como um ato político e de cura. Escolhi escrever desta forma para me aproximar do cotidiano do coletivo, que narrou e manteve contações sobre suas reflexões, muitas delas transformadas em produções científicas. A curiosidade epistemológica que me habita e me impulsiona é enovelada por este movimento. Escrevo por lembranças que tocam companheiras, na busca por um registro que tenha sentido com nossas alianças, atenta aos privilégios que a cor branca, a medicina e a docência na universidade constroem em corpos colonizados.

Busquei uma autoria coerente com o grupo e que me habita como parte integrante e corresponsável pelas contações, ciente de que minhas lembranças materiais e simbólicas participam de um sistema moderno colonial de gênero. Esta produção faz parte do doutoramento em Psicologia da primeira autora e trata de uma investigação científica pela perspectiva decolonial. Busquei questionar a rigidez do pensamento médico, a razão moderno-colonial, o eurocentrismo e o corpo branco, para transitar por mundos e narrar por uma contra-análise. Recorro, assim, ao *corazonar* para me posicionar como trabalhadora da educação e da saúde, integrante do coletivo e como pesquisadora militante em Minas Gerais.

Eu peço licença, assim, para apresentar narrativas que tocam companheiras a partir da crítica chicana de Gloria Anzaldúa (1987) para a disposição vivencial “entremundos”. O pedido de licença parte de uma perspectiva situada na impossibilidade de se generalizar experiências e necessidades (QUEIROZ, 2015) e atenta ao extrativismo acadêmico. As trabalhadoras traziam como crítica à pesquisa universitária, o extrativismo acadêmico e o descompromisso com seus



saberes. Um alerta à violência epistêmica e também a uma relação de exploração que é fio guia para críticas às escritas sobre o exótico, o entretenimento, o racismo e a misoginia. (MARNIA LAZREG, 2020)

De fato, é uma escrita de gratidão, pois em 2022 retomamos alguns encontros presenciais e nossa militância pela educação pelo trabalho. Dentro do programa, escrevemos projetos de pesquisa para acolher a demanda das integrantes para investigações sobre a educação permanente em movimento pela região; um agir investigativo liderado pelas integrantes, sujeitas de sua história e de enunciação e que desejavam disputar sua participação na ciência e na condução de programas relacionados à educação pelo trabalho. O núcleo de educação permanente, que apresento mais à frente, foi um pouco sobre isso.

Em um dado momento do coletivo, eu estava como coordenadora do programa AbraSUS AbraSuas, professora universitária e em profundo deslocamento do que eu carregava enquanto trabalhadora. Aprendi, durante nossos encontros, que a contação era sentida como uma oportunidade de revelação e de transgressão às violências moderno-coloniais e, por isso, recorro à força da narrativa como possível deslocamento do centro para a margem. Fosse pelo anonimato, fosse pela assinatura, fosse por ler em voz alta ou em silêncio, fosse pela oralidade, a narrativa era provocativa e enunciativa da sujeita.

Entre os anos de 2020 e 2023 aconteceram uma série de fatos que interpreto como atravessamentos determinantes desta retomada de memórias. Finalizei a escrita em janeiro de 2023, após a posse do novo governo, de Luiz Inácio Lula da Silva, e da intentona golpista contra esse, contra o Supremo Tribunal Federal e contra Senado e Câmara de Deputados. Este momento me remete à insistente tentativa de solapar nossa determinação em vivermos com dignidade e de superarmos o ideal branco. Representa também o enfrentamento a favor da democracia por trajetórias de reparação, cujo sentido para a docência universitária é central. Passamos por quatro anos de intensos desfinanciamentos do SUS e da universidade pública, sucateamento da educação e do Suas, com flexibilização do arcabouço político-legal desses três sistemas e dos direitos trabalhistas, expropriação de terras, extermínio de povos indígenas, privatização dos recursos da natureza, negligência com a vida humana e com o ambiente e mais de 700 mil mortes, sendo em sua maioria da população negra e da empobrecida.

De acordo com Arrais e Bizerril (2020), passamos por uma sistemática desacreditação e revogação de políticas sociais e ambientais a partir de ações públicas, partícipes de um Estado de exceção fortalecido pelo descaso e pelo autoritarismo e que agravou as condições de existência e de permanência nos territórios. Dessa forma, entendo que interpretar caminhos possíveis de



alianças entre trabalhadoras dos Sistemas Únicos de Saúde (SUS), de Assistência Social (Suas) e da Educação, passa necessariamente pela persistência na defesa da equidade para a vida para os próximos anos. Para tanto, me inspiro em argumentos de Gloria Anzaldúa e Yuderkys Espinosa-Miñoso contra-analisando posicionalidades por outros saberes e práticas, e em Patricio Guerrero Arias para firmar o compromisso com a descolonialidade, a partir de vivências.

Fiz uso do termo conjura para localizar ao longo do texto essa contra-análise. Chamei por conjuras o que identifiquei como elementos que participam de circularidades que movimentam o coletivo e que percebo como emergências de alianças. Alianças que interpreto como constitutivas de um território-corpo regional e de cosmovisões em disputa com a imposição colonial e de capital. Por conjura, assim, trago a ideia de evocação por gestos e afetos ritualísticos para um chamamento coletivo na busca por reparação e pertencimento. Interpreto a conjura como um dos símbolos da experiência que o coletivo partilhou ao afirmar pautas e militâncias pela vida dentro do cotidiano da educação pelo trabalho.

4 Conjuras de circularidade

Inclino-me à compreensão de que o trabalho no SUS e no Suas se faz pela reivindicação de caminhos de cuidado que, caso negados, são criados e disputados pelas sujeitas em aliança. Relato isso, pois fujo da aparente obviedade sobre a ideia de que tanto saúde quanto assistência social vivem processos de trabalho plácidos e inclusivos. Apesar de ambos terem um arcabouço político-legal que abarca a equidade, o que vivo como trabalhadora da saúde é o distanciamento desse arcabouço a partir da execução de ações neoliberais coloniais expropriadoras da vida. Entendo que a inclinação pela defesa do que seja vida participa de um desvelamento de impedimentos e de indiferenças, sistematicamente disputados no trabalho, em seu cotidiano.

Localizo, neste sentido, a primeira conjura: a circularidade pela disposição vivencial, que aqui desenho como um ritual construído e aprimorado no interior do programa, e fortalecido pelo coletivo, que cuidava da participação e integração das pessoas envolvidas. Destaco alguns elementos dessa conjura: o encontro ser no horário de trabalho, assegurado pela gestão; o transporte disponibilizado pela gestão para a participação em outros municípios; as atividades serem em sua maioria no município de origem do trabalho; envolver tanto trabalhadoras do SUS quanto do Suas nos grupos; envolver trabalhadoras de diversos setores do município dentro de um mesmo grupo; a criação de grupos para troca de experiências entre municípios; atividades lúdicas e de reconhecimento das trabalhadoras; a construção de atividades dentro da universidade liderada pelo coletivo, o agir investigativo como caminho para o reconhecimento de nossos saberes e, por



fim, o fundamento que é a disposição vivencial que o coletivo agenciou a partir da ideia de gestos e afetos.

Trago alguns momentos que me ajudaram a elencar os elementos anteriormente descritos. Logo nos primeiros encontros, ainda em 2017, temas como a desvalorização e precarização do trabalho, o rodízio e o descarte das trabalhadoras (principalmente após eleições), o apagamento de saberes situados e o silenciamento próprio à colonialidade e ao patriarcado eram narrados com dor. Falar sobre, falar o que, falar para quem e com quem, eram critérios explicitados de escolhas para inícios de conversa. Essas conversas, quando ditas, traziam interrupções de cuidados, a extinção de serviços, o desfinanciamento do SUS e do Suas e redes de articulação para a manutenção de lugares de exclusão. Os encontros do coletivo atuavam como espaços de diálogo sobre a hierarquização e a indiferença vividas dentro do processo de trabalho.

Para reforçar esta situação, registro aqui a Portaria do Ministério da Saúde de nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010, que organiza as relações no SUS a partir das Redes de Atenção, e a Portaria Ministerial de nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, que atualiza a Política Nacional de Atenção Básica. Ambas orientam o SUS e o processo de trabalho para uma relação poliárquica entre os serviços que compõem a rede técnico-assistencial, se pretendendo com isso uma horizontalização das relações. No entanto, a cultura institucional baseada no modelo biomédico ainda tensiona e prevalece como estrutura no SUS, centrando o processo de trabalho na doença e no médico (BRASIL, 2004).

Nesse sentido, a circularidade como conjura era evocada por mulheres integrantes do coletivo para afirmar a existência de diversas atuações e ações de trabalhadoras e usuárias por direitos no Brasil. A defesa da equidade para a vida era pauta constante dos encontros. Nos anos de pandemia, houve o aumento do feminicídio e a atualização de agendas coloniais, com perdas de vidas para o racismo e para a misoginia. O coletivo, no processo de se construir, foi explicitando temas sobre a formação histórico-cultural do Brasil e de suas cicatrizes coloniais, com narrativas sobre extermínios e exclusões experienciadas na saúde e na assistência social. Trago conjura pela força que entendo que há quando uma mulher evoca sua experiência e uma integrante do coletivo a reafirma como semelhante a sua, movimentando uma escuta que acolhe dentro de um ritual de troca de saberes. Saberes potencializados pela perspectiva decolonial.

Neste ponto, interrogo que condições outras a disposição vivencial em ser coletivo de trabalhadoras do SUS e do Suas na periferia centro-sul mineira teceu, a partir da noção de genealogia da experiência proposta por Yuderkys Espinosa-Miñoso (2014). A autora (2014) apresenta sua proposta de genealogia como uma imersão crítica à colonialidade da razão



feminista, tendo por centralidade a experiência histórica na América Latina. Para a autora (2020), essa imersão se apresenta pela centralidade em práticas políticas que possibilitam a disputa de trajetórias abolicionistas e feministas a favor de um mundo possível. Parto para uma compreensão da experiência a partir da proposta de Miñoso, tendo por questão o desafio que se tornou o acesso à educação pelo trabalho.

Desde o início, em 2017, havíamos pactuado com a gestão um horário protegido, mensal, de um turno. Entretanto, as demandas nos serviços e a exaustão, bem como a inconstância do transporte para deslocamentos, impactaram a continuidade de muitas trabalhadoras. Nossos encontros eram precedidos por incertezas de presença e de continuidade impostas por dispositivos de controle. Ordens vindas da gestão para permanência na unidade de saúde, questionamentos se de fato as trabalhadoras estavam indo aos encontros, queixas divulgadas em mídias sociais sobre a saída das trabalhadoras para formação e atualização; discursos proferidos por vereadores que exigiam ações e condutas em desacordo com o previsto nos sistemas; culpabilização das trabalhadoras pelo desfinanciamento do SUS, a participação no programa liberada para somente algumas trabalhadoras, o questionamento feito por trabalhadoras formadas pelo Ensino Superior com relação à liderança e à coordenação dos grupos por trabalhadoras com formação pelo Ensino Médio, entre outros.

Tivemos desde o princípio um estado de alerta para a “regulação”, implicando sensibilidade e estratégias criativas de enfrentamento por parte de todas nós. Tornou-se premente planejar e antecipar alianças para que fosse possível cada encontro. Isto se deu a ponto de se tornar tema permanente de nosso coletivo. Em breve tempo de existência, passamos a explicitar, ou como vejo atualmente, passamos a conjurar, a importância e a necessidade da coalizão para falarmos sobre nossas inquietações, os apagamentos e as vivências. A conjura conclamava a permanência no território e no projeto, contra impedimentos que raça, classe e gênero promovem. Tínhamos por “função” interrogar o mundo e, a partir disso, buscar direitos e participação, o que provocou retorno de muitos “setores” insatisfeitos, bem como devolutivas potentes sobre aproximações e reconhecimentos antes distantes.

Como minha experiência à frente da coordenação do programa, me lembro de conjurar por diversas vezes a permanência das integrantes. A perspectiva de certos gestores para a permanência das trabalhadoras passava por questões de ganho financeiro. No entanto, o retorno, que o agir pela educação pelo trabalho mobiliza, dialoga com o que emerge da disposição vivencial do grupo e não com um interesse financeiro. Disputar a presença das trabalhadoras era uma conjura da coordenação. Desta lembrança, interpreto o coletivo como um possível “espaço” de exercícios



para circularidades que denunciam os impedimentos que a ação pública autoritária impõe como regra às trabalhadoras.

Trago conjura para explicitar um ritual declarativo feito por gestos, por afetos e por vozes sobre o mundo que desejávamos e que sabíamos que seria questionado. A ordem, a sobrecarga, o Facebook enfraqueciam a possibilidade de participação das integrantes a partir de censuras, desinformações e desautorizações que, em um dado momento, significaram o desligamento de muitas. Neste ponto, inclusive, vejo que tanto o gesto, quanto o afeto, quanto os aromas e sabores mobilizados nos encontros expunham elementos dessa circularidade. Retomo que situamos nossa experiência pela periferia centro-sul mineira e que aqui existe um longo processo de territorialização e desterritorialização que vem de antes da invasão portuguesa e que revela para além de signos moderno-coloniais.

Esta região é constituída pelo Congado, por Quilombos, por Catauá, por povos com modos de vida e de pensar que revelam para este além. A língua, o cuidado com a natureza, a alimentação, a ancestralidade, a percepção sobre o humano adentram as práticas de saúde com ervas, benzimentos e cuidados que permanecem em ato vivo, compondo o território e a prática de trabalhadoras. Lembro-me do impacto de reencontrar o Congado a partir das lembranças delas. O gestual, a linguagem, as danças, as músicas e as cores que tinham significado para as trabalhadoras eram conjurados para uma construção coletiva.

No segundo ano, as integrantes construíram a ideia de fortalecer os encontros a partir de trocas por aromas e sabores da região, retomando sentidos da comida para as trabalhadoras. Este movimento, aos poucos, foi desvelando a importância de respiros durante o cotidiano, bem como a explicitação de violências a partir de constrangimentos e impedimentos a momentos destes respiros dentro do trabalho. O momento do café (zinho) é exemplo disto. Ele participa do cotidiano mineiro, inclusive como símbolo de acolhimento. Porém, serve de exemplo para restrições dentro do trabalho, com limite de minutos e de companhia. Nos encontros, o café retomou seu ritual regional, de ser respiro, de ser encontro, explicitando, por sua vez, dispositivos de desacreditação e de desautorização em uso por relações de controle. No ano de 2019, trouxemos as festividades da região como provocações para as trocas.

5. Conjuradas por disposições vivenciais, seus saberes e práticas

Nos três primeiros anos, de 2017 a 2019, durante nossos encontros, circulamos por entre territórios, por entre grupos, por entre municípios, movimentando trocas e combinados de aproximação. A própria conformação para ser um coletivo participou disto. Pelo encontro



assegurado pelo programa, nos conhecemos pessoalmente e conhecemos serviços a partir das integrantes do coletivo, escutando situações próximas às que vivenciamos no cotidiano. Assim, retomo para a contação destes caminhos de aproximação o conceito construído por Fernanda Sousa (2017, p. 248), nomeado por “disposição vivencial”. De acordo com a autora, a disposição vivencial é a oferta por estarmos juntas deslocando poderes, com sermos mulheres que se descobrem coletivo no estar junto.

Os encontros eram formulados por muitas pessoas, entre idas e vindas de reuniões, com devolutivas entre as integrantes. Conforme fomos aprendendo a definir o que era a nossa educação pelo trabalho, as atividades que mobilizavam gestos e ou afetos foram ganhando espaço e frequência. Dançar, cantar, abraçar, conversar, rir, comer, movimentar o corpo e os saberes, que ele possibilita que circulem, foram ações cada vez mais praticadas. Conforme nos encontrávamos, percebi que havia uma construção por coconstituições que impulsionava experimentações por existências outras. Por esta perspectiva, a “disposição vivencial” fortalecia as sujeitas históricas que a ação pública apagava sistematicamente.

Passamos a nos distanciar de definições adscritas por políticas públicas e ou pretendidas pela gestão. Nosso pertencimento foi se constituindo pela amorosidade própria ao coletivo, pela disputa em permanecermos no território em ação, pela necessária formação de alianças e pelo reconhecimento de militarmos pelo SUS, pelo Suas e pela Educação como trabalhadoras e trabalhadores. O “Cantinho do Coração” foi a expressão escolhida para um dos movimentos de acolhimento e partilhas que fizemos durante a pandemia. O Cantinho era nosso encontro virtual, quinzenal para “cruzarmos” nossas experiências da luta de todo dia, argumento tecido pelas autoras Érika Oliveira, Késia Rocha, Lisandra Moreira e Simone Hüning (2017) para falarem sobre políticas de escrita e resistências. Éramos muitas, em muitos lugares, dialogando virtualmente sobre formas de nos acolher dentro do contexto excludente da pandemia.

Uma companheira querida e muito próxima dizia que o Cantinho era uma escuta que as pessoas tinham. Foi ela quem criou a expressão e teve a ideia sobre nosso Cantinho. Entre idas e vindas de um cotidiano errático, negligenciado e opressor, ela reforçava a necessidade dos encontros como ato político, como expressões de permanência e de resistência. Ao rever minhas memórias, percebo a força da sua militância pela luta antimanicomial como defesa de um Cantinho voltado para nossa existência como sujeitas de nossas vozes e de nossas histórias. Muitas envolvendo a defesa da vida e do cuidar em liberdade. Nossa referência regional de saúde mental também participou do coletivo. No ano de 2022, pude reencontrá-la presencialmente, em seu próprio município. Estávamos às vésperas das eleições presidenciais e ela inspirou profundamente, por



diversas vezes, ao meu lado. Respiros que guardei.

Em 2022, também reencontrei presencialmente outra querida companheira, defensora do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (Compir). Ela trazia recortes sobre as tramas e ideias de enfrentamento à necropolítica em exercício. Lembro-me de ansiar por sua fala, que contava sobre as singularidades das comunidades que re-existem no território mineiro afropindorâmico. Guardo histórias a partir de sua História. Lembro-me, como hoje, da equipe do Compir, em uma roda de conversa com estudantes da escola rural, falando sobre os espaços conquistados, sobre os negados e seus desafios.

O silenciamento recorrente imposto ao Compir como voz pública nunca foi para a nossa querida companheira a ausência da ação, como pontuado por Lazreg (2020), sobre a escassez de informações sobre as mulheres na vida pública. Ela descrevia de uma forma muito própria os enfrentamentos possíveis naquele território e seu agir sobre o mundo. Da mesma forma, recordo a presença de outra companheira, que, à época da pandemia, retornou ao coletivo como estudante da universidade. Foi emocionante reencontrá-la como graduanda. Ela havia participado do projeto desde seu início e, desde então, pautava as questões de gênero e de raça como estruturantes de violências que atravessavam sua luta.

Bem próximo, em nosso município, conheci duas integrantes que mais tarde se tornaram amigas. Ambas, trabalhadoras que defendem a vida de mulheres a partir de narrativas-denúncias sobre iniquidades de cuidado, precariedades nos serviços e desigualdades dentro do trabalho. Cada uma, a seu jeito, ocupava espaços de resistência e de permanência. Aprendi com elas sobre o comitê em defesa da vida e os desafios sobre a implantação de serviços que acolhem e cuidam das mulheres da região. Rememorar o que me habita a partir destas lembranças me aproxima do processo de ressignificação de nossa trajetória. De nossos encontros, fortalecemos a proposta de criação de núcleos municipais de educação permanente que coordenariam uma formação do SUS voltada para seus princípios como disposto na política nacional. (BRASIL, 2004) Queríamos ampliar as disposições vivenciais e o agir investigativo sobre educação pelo trabalho nesta região.

Nas lembranças mais vivas que carrego sobre este momento, vejo as trabalhadoras em diálogo com o grupo, preocupadas não somente com a repercussão da ideia, mas com a participação assegurada e protegida. Foi com as mulheres que compõem este coletivo que me aproximei de trajetórias de defesa da vida na região centro-sul mineira e das violências de gênero e de raça da região. Este registro foi aprovado pelo Comitê de ética em pesquisa com seres humanos da Universidade Federal de São João del-Rei, sob o parecer 4.820.260. Resguardo os nomes a partir do combinado que tecemos para as investigações científicas do programa. Em breve, o coletivo lançará



um registro de sua história, com narrativas visuais e escritas, com autoria de mais integrantes.

6 Considerações

Por fim, por muitos afetos, imagens e histórias, algo que participa de forma viva e de fácil surgimento é que não havia moldura que contivesse as trabalhadoras. Vejo as trabalhadoras do SUS e do Suas como em uma disputa no cotidiano, à risca do esquecimento promovido pela ação pública, porém contradito como ação e voz no dia a dia, com críticas às fronteiras que conformam seus trabalhos e vidas. Fronteiras que impõem sentidos e limites para suas existências, como insistentes amnésias.

Não nos aproximamos de uma verdade ou de uma validação. Encontramos contradição, limites, heterogeneidade e força. Ser coletivo era como uma caixa de ressonância dos vestígios das lutas que as equipes disputavam em seus cotidianos. A partir de conjuras feitas por trabalhadoras em coletivo, narrei sobre alianças que se constituíram a partir da colaboração por entrefronteiras. Havia o desejo pelo encontro, porém, um encontro diferente, protegido, em movimento pelo corpo e seus sentidos. Giramos por entremundos?

Penso que fomos nos ajudando, no ato vivo de sermos trabalhadoras em um “enredo” que tentamos mudar. Neste percurso, reinventamos e criamos sentidos possíveis para disputarmos o SUS, o Suas e a Educação neste território.

Referências

ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands – La Frontera: The New Mestiza*. San Francisco: Aunt Lute, 1987.

ARRAIS, Antonia Adriana Mota; BIZERRIL, Marcelo Ximenes Aguiar. A educação ambiental crítica e o pensamento freireano: tecendo possibilidades de enfrentamento e resistência frente ao retrocesso estabelecido no contexto brasileiro. *Remea - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, v. 37, n. 1, jan-abr. 2020, p. 145-165.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria GM/MS nº 198, de 13 de fevereiro de 2004*. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. Brasília: Gabinete do Ministro, 2004. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvsm/saudelegis/gm/2014/prt0278_27_02_2014.html. Acesso em: 19 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. *Diretrizes Nacionais para o Processo de Educação Permanente no Controle Social do SUS*. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006. 40 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).



BRASIL. Ministério da Saúde. [2007]. *Portaria GM/MS nº 1.996, de 20 de agosto de 2007*. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Brasília: Gabinete do Ministro, 2007. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2007/prt1996_20_08_2007.html. Acesso em: 19 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Expansão da Rede Federal de Educação Superior, REUNI*. Brasília: Gabinete do Ministro. Disponível em: <https://reuni.mec.gov.br/expansao>. Acesso em: 16 abr. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social - Cnas. [2013]. *Resolução CNAS nº 4, de 13 de março de 2013*. Institui a Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único da Assistência Social – Pnep/Suas. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social, 2013. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/8250-2/>. Acesso em: 12 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria Interministerial número 1.369, de 8 de julho de 2013*. Dispõe sobre a implementação do Projeto Mais Médicos para o Brasil. Brasília: Gabinete do Ministro, 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt1369_08_07_2013.html. Acesso em: 16 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. [s.d]. *Painel Coronavírus*. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: [https://covid.saude.gov.br/CoronavirusBrasil\(saude.gov.br\)](https://covid.saude.gov.br/CoronavirusBrasil(saude.gov.br)). Acesso em: 10 jan. 2023.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderlys. Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. *El Cotidiano* [en línea]. 2014, (184), p. 7-12.

FIOCRUZ. *Observatório Covid-19*. Impactos sociais, econômicos, culturais e políticos da pandemia, 2022. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/Covid19>. Acesso em: 12 abr. 2023.

GUERRERO ARIAS, Patricio. Corazonar el sentido de las epistemologías dominantes desde las sabidurías insurgentes, para construir sentidos otros de la existencia (primera parte). *Calle14: revista de investigación en el campo del arte* [en línea], v. 4, n. 5, p. 80-94, 2010.

ISP - Internacional de Serviços Públicos. *Profissionais da saúde e a Covid-19 no Brasil* - relatório especial, em dados e gráficos. Federação Sindical Global. Disponível em: <https://publicservices.international/resources/publications/profissionais-da-sade-e-a-covid-19-no-brasil---relatrio-especial-em-dados-e-grficos?id=13389&lang=pt>. Acesso em: 12 abr. 2023.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação*. Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAZREG, Marnia. Decolonizando o feminismo (Mulheres argelinas em questão). In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org). *Pensamentos feministas hoje: perspectivas decoloniais*. Editora Bazar do Tempo, p. 177-196, 2020.



MUNIZ, Bianca; FONSECA, Bruno; PINA, Rute. Em duas semanas, número de negros mortos por coronavírus é cinco vezes maior no Brasil. *Agência Pública*. Disponível em: <https://apublica.org/2020/05/em-duas-semanas-numero-de-negros-mortos-por-coronavirus-e-cinco-vezes-maior-no-brasil/>. Acesso em: 12 abr. 2023.

OLIVEIRA, Érika *et al.* “Meu lugar é no cascalho”: políticas de escrita e resistências. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 31, p. 179-184, 2019.

QUEIROZ, Isabela Saraiva de. *Norma de gênero e uso de drogas: normalização e diferença na experiência de mulheres*. 2015, 251 p. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2015.

SOUSA, Fernanda Brabo. Corazonar o pensar e o fazer pesquisa em educação como proposta para metodologias outras: esboços germinais. *Revista Cocar (Online)*, v. 11, p. 248-266, 2017.

